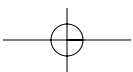
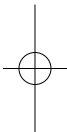
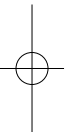


# Vozes do vento

*Maria Isabel  
Barreno*

Da minha língua vê-se o mar.  
*Vergílio Ferreira*





# Vozes do vento

*Maria Isabel  
Barreno*

**SEXTANTE EDITORA**  
FICÇÃO



**Sextante Editora, Lda.**

Av. Marechal Gomes da Costa, n.º 27 c/v dt.ª  
1849-002 Lisboa Portugal

Reservados todos os direitos  
de acordo com a legislação em vigor  
© 2009, Maria Isabel Barreno  
© 2009, Sextante Editora, Lda.  
Fotografia da capa © Franck Guiziou/Corbis/VMI

**Design**

Atelier Henrique Cayatte  
com Susana Cruz

**Fontes tipográficas**

© Mário Feliciano

capa *MerloOsf-Roman, MerloOsf-Italic,*

*MerloCap-Roman, Flama-Bold*

miolo *EudaldNews-Roman, EudaldNews-Bold,*

*EudaldNews-Italic, EudaldNews-Caps*

**Revisão**

Rita Almeida Simões

**Paginação**

Paulo Corrêa

**Impressão e acabamento**

Guide – Artes Gráficas

**1.ª edição**

Março de 2009

**Depósito legal**

289111/09

**ISBN**

978-989-8093-85-1

**[www.sextanteeditora.pt](http://www.sextanteeditora.pt)**

## Índice

### PRIMEIRA PARTE – João António 9

#### Capítulo I – A revolta

- 1 – Vieram os negros 11
- 2 – Os sussurros nas casas 17
- 3 – O grande projecto 20
- 4 – A história de João António 26
- 5 – A culpa 36

#### Capítulo II – A viagem

- 1 – A dança 41
- 2 – O exacto momento 44
- 3 – A guerra na Guiné 49
- 4 – O monstro marinho e outras histórias 51
- 5 – A água, a luz e o vento 54
- 6 – O herói escondido 59
- 7 – A árvore 61

#### Capítulo III – São Vicente

- 1 – O gigante deitado 65
- 2 – A morte de Manuel Maria 69
- 3 – O manuscrito 72
- 4 – O sonho 77

#### Capítulo IV – As dádivas

- 1 – As dívidas antigas 79
- 2 – A discussão 83
- 3 – O colar partido 87
- 4 – O adeus de Maria Josefa 95

SEGUNDA PARTE – Os nativos 99

Capítulo V – As secas

- 1 – A rotina das ilhas 101
- 2 – A incumbência 110
- 3 – Os misteriosos baús 115
- 4 – A mulher das pernas secas 118

Capítulo VI – A filha de Gabriela

- 1 – A chegada de Gaby 121
- 2 – Os muitos episódios duma vida 126
- 3 – Os mundos invisíveis 132
- 4 – O casamento 136
- 5 – Uma família nebulosa e distante 141

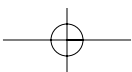
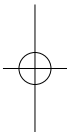
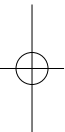
Capítulo VII – O adeus ao Sal

- 1 – Projectos de saída 145
- 2 – As tarefas de Aniceto 147
- 3 – Os destinos possíveis 150
- 4 – O último chefe 154
- 5 – A perigosa travessia 160
- 6 – O governador Sampaio 165
- 7 – A viagem imaginária 171
- 8 – A segunda morte de Manuel António 177

Capítulo VIII – Maria da Graça

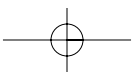
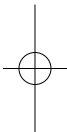
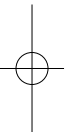
- 1 – Os anos tranquilos 181
- 2 – O herói de África 187
- 3 – Os funcionários do império 190
- 4 – O arquipélago mundial 192
- 5 – A quase morte de Maria da Graça 198
- 6 – Os antepassados 202
- 7 – O começo da escrita 206
- 8 – Seguirá esta história 210

Agradeço à Fundação Calouste Gulbenkian o apoio que me foi dado para a pesquisa histórica que permitiu a escrita deste livro.





**PRIMEIRA PARTE**  
**João António**



## Capítulo I

### A revolta

#### 1 – VIERAM OS NEGROS

Vieram os negros da Pedra do Lume, vieram também das ribeiras, esses sulcos onde se acumulava água das chuvas, e onde havia plantações e gado, às vezes vegetações densas que serviam de refúgio durante os calores intensos.

Juntaram-se primeiro por desafio às ordens do alferes Lage, que eram as ordens do comandante Gromicho: quero-os arrumados nos respectivos locais de trabalho, cada um no seu posto, cada macaco no seu galho, não os quero transitando por aí, se transitam em trabalho para o amo este que dê aos que transitam uma prova escrita de sua ordem e por um grupo de cinco terá de haver um responsável pela condução dos escravos, e se for de seis a dez que haja dois condutores, e para grupos maiores serão sempre mais os condutores, por forma a que nunca haja menos que um condutor responsável por cada cinco escravos conduzidos.

Andaram os negros pela ilha nos seus caminhos habituais. Muitos dedicavam-se a agriculturas ingratas, em chãos improváveis, apenas pelo gosto de criar alimento seu, por ancestral devoção à terra, por desafio ao clima adverso. Andaram outros sem propósito algum senão a desobediência, todos

Maria Isabel Barreno

sem ordem escrita ou, às vezes, tendo eles próprios escrito uma ordem chocarreira: diz-me Deus Nosso Senhor que tenho de ir visitar meu pai que mora do outro lado da ilha, meu irmão, minha mulher, meu filho. Alguns foram apanhados e levaram varadas, mais aqueles que apresentavam como justificação a ordem divina.

Entre varadas e outros maus tratos se acirrou a revolta, um sinal secreto voou pela ilha, talvez pelo vento, e começaram a juntar-se os negros, os que vinham das ribeiras, da Pedra do Lume, de outros lugares, em direcção ao Portinho, onde os esperavam os que aí trabalhavam.

Espalharam-se pela avenida traçada por Manuel António Martins. Instalara-se este na ilha do Sal nem vinte anos havia. Incitara seus filhos a juntar-se a ele, chamara mais gente. Desenhara a vila: a larga avenida com acácias nos passeios, as outras ruas cortando-a em rigoroso ângulo recto.

Passaram os negros por esse centro do sonho de Manuel António, gritando que queriam seu genro a comandar a ilha e não outro qualquer, espalharam-se por aqui e por ali, juntaram-se no terreiro junto ao mar onde Manuel António instalara defesa provisória, uma ou duas peças de artilharia, esperando que um dia ali se construísse uma séria fortaleza – que a construísse ele próprio, porque Manuel António sempre esperara mais dele do que do Estado, este sendo exportado para as colónias com os vícios do reino, tornando-se, sobre esses vícios, frouxo e doentio por aquelas paragens e aragens.

Sim, foi só isso o que aconteceu, esse rio de gente. Um rio humano que desaguou num espaço desabrigado, aberto às ameaças duma boca de fogo.

Não se juntaram alguns dos servos domésticos, que ficaram espreguindo das janelas, porque nos burburinhos há

sempre divisão, uns vão e outros ficam, benzendo-se, rezando para que não se percam seus frágeis privilégios.

Dirão os que agora pensam a revolta: coisa terrível foi, sem dúvida. Imaginam casas incendiadas, pilhagens, ataques raivosos, violações de mulheres, espancamentos e mortes. Como força que se levanta de um vulcão e explode e escorre. Mas tudo isto sai de suas imaginações inflamadas, que nesses tempos antigos projectam seus próprios sentimentos, decepções e raivas.

Os escravos não protestavam contra fomes e maus-tratos de seus amos. Não protestavam contra seus amos. Apenas queriam substituir um comandante militar por outro.

Não ficou nenhuma cicatriz na ilha, nenhum sinal de violência. Só rastos ténues das caminhadas que se juntaram num grande rio humano.

Esta é uma história de que tínhamos pouca memória. Foi necessário preencher muito espaço vazio, muita lacuna, muito pensamento e muita intenção. Contudo, procurámos que fosse um conto de passos seguros. Mantivemo-nos fora da história tanto quanto possível.

Manuel António Martins morrera na ilha do Sal, em 1845. Nos meses seguintes a vida pareceu decorrer como sempre. A família continuava muito próspera, tinha excelentes relações com o governador, que era então D. José Miguel de Noronha e, como sempre fizera no passado, contribuía com auxílios e donativos diversos, tão necessários ao escasso orçamento de Cabo Verde. Surgiam também alguns pequenos conflitos, aqui e ali, como sempre. E depois chegou o acontecimento inexplicável.

Maria Isabel Barreno

Dizia-se na família: tudo começou quando Gromicho Couceiro veio para a ilha do Sal como comandante militar. Por sua causa começaram os negros a ficar inquietos. Mas, nesse tempo, achámos que tudo se iria resolver. Chegamos estas memórias distorcidas pelos anos mas certa, e repetida em tudo o que se dizia e disse, foi a surpresa. O espanto, quando surgiu a revolta.

Procurando outros dizeres nas vozes de fora, nos registos, não é muito o que se acrescenta. Também repentinamente aparece a revolta dos escravos da Casa Martins, sem causas nem explicações. Disse-se, e continua dizendo-se, que a excitou João António Martins, o próprio chefe da opulenta casa, também não se explicando o que queria João com tal desígnio. Conta-se que o fim da revolta seria destituir Gromicho Couceiro, mas conta-se também que este fora nomeado para o comando em São Vicente, deixando no seu lugar o alferes José Maria Lage, não se percebendo se o Gromicho continuaria a comandar o Sal através do seu substituto, se queriam os negros destituir o Gromicho, ou o Lage, ou ambos. Disse-se também que os escravos queriam António Sousa Machado para o cargo de comandante militar mas que este não aceitara, também não se explicando se este ignorava ou repudiava os desígnios do seu cunhado João António Martins, caso tais desígnios existissem.

Houve até quem dissesse que não houvera revolta alguma. Que o afrontamento fora entre a família Martins e Gromicho, e que para esse efeito se haviam usado os escravos, de um lado e do outro. Os Martins queriam demonstrar as péssimas consequências do comando de Gromicho. Este, pelo seu lado, teria atirado os negros para

demonstrar às autoridades as rebeldias da opulenta Casa Martins: um Estado dentro do Estado.

Nestas incertezas de causas e finalidades reduziu-se o acontecimento à seguinte narração, com inesperadas personagens: D. Josefa, natural do Fogo, mulher de Gromicho, senhora enérgica, senhora temível, quis matar os negros, o maior número possível deles, todos. De fogo na mão, estava prestes a acender a mecha dum canhão, quando surgiu Manuel de Cabo Verde, que arrancou o facho aceso da mão da cruel Josefa. Herói inesperado, Manuel, que todos salvou, apareceu do nada, e logo desapareceu não deixando rasto nas ilhas de seu nome.

Não tendo outros indícios para clarificar a opaca questão, temos de seguir o que se foi dizendo e escrevendo. A cena apresentada é tão magra de detalhes, tão esquelética, que permite um belo espaço para o exercício da imaginação. Podemos, por exemplo, ver a cena em movimento lento, numa repetição sem fim. Josefa acende o facho, Manuel começa a correr, Josefa estende o braço para a mecha do canhão, Manuel corre, afasta, empurra, Josefa quase toca na mecha, Manuel arranca-lhe o facho da mão. Em volta, um coro sussurrando, sussurrando: foi o João, foi o João, o João António Martins.

Terá que se compor o resto. Tudo o que falta, que é quase tudo. Os actores principais, ou como tal mencionados nas intenções e propósitos, não entram em cena. Não estava João António, que já nessa época vivia em São Vicente. Não estava Gromicho, prudentemente ausente. Ninguém soube dizer onde estava o alferes Lage, o homem de confiança que ele pretendia deixar no Sal. Do lado da família Martins,

Maria Isabel Barreno

também todos prudentemente ausentes, é legítimo supor, recolhidos em suas casas, refugiados atrás da recusa de António Sousa Machado. Nenhuma autoridade aparece, tudo se resolve, não porque Josefa do Fogo tenha conseguido disparar o canhão, mas porque um Manuel anónimo lhe retira das mãos o facho ardente. Teremos que profetizar às avessas, de diante para trás.

Em cena, só Josefa do Fogo, raivosa, e a massa dos negros revoltosos. Convergiram estes para o terreiro onde se erguia a ameaça do canhão, como se guiados por estranha voz destrutiva, por profundo e manso instinto de morte. Nada temeram por apenas verem uma figura feminina junto à peça de artilharia? Torna-se esta executora das raivas autoritárias e da massa dos negros destaca-se então o herói célere e solitário: Manuel de Cabo Verde, mestiço que adoptara como seu o nome da terra onde nascera.

Adivinhou a intenção da cruel senhora, correu sem pensar na morte provável, arrancou-lhe das mãos o facho já aceso, evitou o disparo eminente, venceu-a pela surpresa e pela audácia.

Ela, Josefa, esposa e natural do Fogo, ele, Manuel do arquipélago: os dois actores, entre os gritos dos revoltosos, e os sussurros dos ausentes, dos escondidos, dos contadores de histórias.

Calaram-se os negros ante o gesto espantoso de Josefa, o gesto admirável de Manuel. Josefa do Fogo retirou-se de cena, ou foi levada por alguém que lhe garantia que era melhor aproveitar aquele vazio deixado pela estupefacção, a estupefacção do medo e da salvação milagrosa. Deixemos as coisas neste pé, eles não sabem o que fazer, veja, já retiram. Para onde foi Josefa, não sabemos.



Saiu Josefa de cena e assim terminou a revolta. Não volta a ser mencionada, nem o marido, nem o tal alferes Lage.

Aliás, Gromicho só por portas travessas entrou nesta história. Permaneceu, permanecerá sempre voz de intriga, cochicho de corredor, insinuação. Assim o decretámos. Não, não. Assim o reconstituímos.

Sáiram da história Josefa e o marido, juntaram-se ao coro sussurrante, ficaram no diz-se e dizendo-se.

Acalmaram-se os negros. Retiraram, de novo passando pela avenida de Manuel António Martins, e por aqui e por ali, com alguns gritos, mas poucos, roucos, mais meditação sobre o estranho desfecho presenciado do que continuação do intento revoltoso. O Manuel é que devia ser comandante da ilha, e não o patrão Sousa Machado, que não nos apoiou nem defendeu, sussurravam. Comandante da ilha ou rei de Cabo Verde, diziam outros, meio rindo, e assim continuou esta marcha perplexa até se desfazer, aos poucos, totalmente, na Pedra do Lume.

## 2 – OS SUSSURROS NAS CASAS

As ruas do Portinho ficaram desertas. Nas casas continuaram os sussurros, e depois vozes altas, iradas, assustadas, exasperadas, e olhares espreitando das janelas. Depois passos furtivos, idas e vindas apressadas, duma porta a outra.

O que foi que aconteceu, o que foi, perguntou Maria Josefa, viúva de Manuel António. Estava quase com setenta anos, abalada pela vida e pela morte. Tinha uivos antigos dentro do peito, que nunca soltara.

O Sal era a ilha do seu ciúme, das suas dores conjugais. Diante desta ilha passara Manuel António naufragando, agarrado às tábuas de seu barco partido. Passara e aterrara na

Maria Isabel Barreno

Boavista, para ser encontrado por Maria Josefa, nas doces areias da praia extensa. Ali foi o seu destino, ali era a vida de Maria Josefa. Mas ele não deixou o seu sonho do Sal, entrevisto como uma miragem, brilhando de tesouros ocultos revelados por um arco-íris. Explorou e povoou o Sal, enquanto ela permanecia na Boavista, perscrutando horizontes ansiosos, calando dores e agravos. Do Sal tinham vindo os filhos ilegítimos de Manuel António, cria Maria Josefa. Tudo o que não cabia no seu amor, tudo o que no marido excedia o que ela lhe dava, isso era o Sal. Um domínio onde ela não podia entrar, onde não queria entrar; ela era a sentinela entre dois mundos. Se rompesse a fronteira, viria o caos.

Soaram os primeiros sons da revolta e Maria Josefa refugiara-se no quarto. Não queria ouvir. Viera para o Sal depois da morte do marido, para construir seu mausoléu e chorar sua memória, julgara, com dúvidas e aflições, e aí estava o resultado. No chão batiam os pés da desgraça.

Saiu quando as vozes dos filhos e filhas e genros e noras começaram a juntar-se na casa. Nesse tempo ainda eram muitos. Estavam seus filhos José, casado com Filipa, Aniceto, casado com a sobrinha Maria da Piedade, Aurélio, solteiro; e as filhas e genros, Teresa e António Sousa Machado, Bernarda e Joaquim Pereira da Silva, Isabel e Júlio Ferreira de Almeida; e ainda as quatro filhas solteiras, Gertrudes, Guiomar, Maria da Conceição, Maria da Natividade. Maria das Dores e o marido, Carlos Le Quen, estariam em Lisboa, Vicente andaria no mar, Manuel Maria estava na Boavista.

Sim, nesse tempo ainda eram mais do que as ilhas do arquipélago. Podiam confundir-se seus rostos, confundem-se agora, anos e anos passados, mas formavam nesse tempo um coro imponente.

O que foi, perguntava Maria Josefa a esta pequena multidão sussurrante. Talvez houvesse uma esperança. Talvez eles, pelo menos alguns, dissessem: não foi nada, mãe. Mas eles respondiam: não se aflija.

Por baixo de tudo o que acontecia na família, havia os sentimentos, as emoções de Maria Josefa. É difícil saber o que estes causavam ou não causavam. Não há local certo para as emoções, estas correm por baixo dos acontecimentos, como um mar onde estes flutuam. Um mar de águas, um mar de lavas.

Nem num álbum de fotografias podemos ter a certeza dos lugares certos. Procuramos cronologias, parentescos, mas indecifráveis ficam os sorrisos, os olhares, os momentos cristalizados. Nada sabemos dos movimentos, das rotas e correntes da vida que os determinaram.

Tinham vindo os filhos para aquela casa, espontaneamente procurando refúgio na sombra de Manuel António, falecido menos de um ano antes, procurando abrigo na presença de Maria Josefa, mar antigo, principal, das emoções familiares. E também angra, ancoradouro, enseada, era Maria Josefa. Por isso se acolheram na sua casa. Não se inquiete, mãe, disseram, com cuidado sincero, mas o cuidado incluía o desejo e o remorso de a inquietar. Mãe, acuda-nos, mãe, não se aflija, nós resolvemos o assunto.

Não se aflija, disse Gertrudes, tentando acalmar a fúria que ainda sentia. Quisera intervir, mas as irmãs e o irmão, os solteiros que, como ela, viviam com a mãe, tinham-na impedido.

Eram muitos e a algazarra foi grande. Maria Josefa confirmou, mais ou menos, em linhas grossas, os seus receios. Já não podia fugir para o quarto, sentiu-se mal. Eu bem dizia

Maria Isabel Barreno

que não devia vir viver para o Sal, murmurava, eu sabia que vindo para aqui viriam também as desgraças. Novo alvoroço em redor de Maria Josefa, deixe-se disso, mãe, quer sentir-se culpada por tudo o que acontece? Maria Josefa sentiu alguma tranquilidade, fingiu muita, aparentou serenar.

Temos que avisar João, disse alguém. António Sousa Machado, o marido de Teresa, disse que iria ele. Meteram-me nesta história, tenho de esclarecer o assunto, disse. Não, chamemo-lo aqui, temos que ouvir as suas explicações para estes absurdos acontecimentos. Sousa Machado insistiu, garantiu: trá-lo-ei comigo. E trouxe. Partiu no dia seguinte, logo voltaram os dois; mas esta primeira conversa a sós entre João e o cunhado foi fonte infeliz de suspeitas posteriores.

### 3 – O GRANDE PROJECTO

João António fora viver para São Vicente algum tempo antes da morte do pai. Já este estava velho e cansado demais para prosseguir no seu segundo sonho, a construção do porto do Mindelo.

Em São Vicente se enclausurara João tornando seu o projecto paterno. Aí crescia uma cidade de onde se banira a condição escrava, aí se concentrava ele com uma atenção distante a todas as outras circunstâncias, às pedras negras que iam marcando o seu caminho. Fora ao funeral do pai, ficara alguns dias no Sal.

O conde de Lavradio e Sá da Bandeira já então tinham proposto que os filhos de escravos nascidos depois da lei de 1842, que abolia o comércio da escravatura e que previa também o seu fim, fossem considerados livres. Houvera a esperada exaltação de ânimos, protestos, artigos nos jornais

em que os articulistas se manifestavam abertamente contra tais medidas e previam a ruína dos proprietários, que não podiam adquirir novos escravos e deixavam de poder contar, em curto prazo, com a mão-de-obra em que haviam investido. Como iriam sobreviver acabada a presente geração de escravos? Perguntavam todos os instalados na desgraça dos negros. Acusavam o governo de pretender impor mudanças económicas súbitas e sem aviso. Havia conclusões furibundas: mais uma vez nos vergamos à vontade dos ingleses, que com esta medida apenas pretendem arruinar a economia dos outros países.

Todos estes torvelinhos foram comentados na família, após o funeral. Regozijavam-se os filhos com estas medidas, não poderia ser de outra forma. Tinham o exemplo da mãe, do pai, as convicções da família, anos de acções consideradas excêntricas que agora eram aprovadas. Mais do que nunca, naquele momento de despedida, tinham que funcionar como clã unido, não podiam confirmar desavenças, abrir as brechas.

Gertrudes fora a mais entusiástica. Sempre com aquela sua maneira de erguer as suas convicções como um estandarte contra os outros. Muito bem e algum mal foram provocados por seu espírito combativo. Da revolta contra os actos sexuais ilegítimos de seu pai passara ao amor maternal por Altino, seu irmão filho de uma escrava, e convertera-se em advogada fervorosa do antiescravismo.

Embora aprovando, outras vozes mais mitigadas se misturaram à sua. Qual será o futuro dos libertos? Sabemos bem por que razão todos os escravos que libertámos, ou quase todos, permaneceram connosco. Não têm outro modo de vida, e assim continuará a ser, apesar da lei. Nenhuma lei vai obrigar os antigos senhores a contratar e a pagar salários a

Maria Isabel Barreno

escravos forros. Serão os senhores forçados a isso, contrapunham outros; onde encontrarão braços para o trabalho?

A discussão prolongou-se. Porque a inquietação era muita e justificada, mas também porque, sob aqueles argumentos a respeito do destino dos escravos, outras disputas se escondiam.

Maria da Piedade, em casa de quem morrera Manuel António, aproveitou para lembrar os elogios que o capitão Pitt tecera no seu livro *Horas vagas em viagem*. Citou de cor: «na ilha do Sal os escravos aprendem a ler, veneram a religião e casam-se [...]. A escravatura ali goza de mais regalias e vantagens do que muitas das nossas populações livres na Europa». O capitão visitara Manuel António na véspera da morte deste. Maria da Piedade guardava o livro, oferecido durante essa visita, numa gaveta da sua cómoda, entre perfumes e recordações preciosas, e considerava-se uma testamenteira especial do legado de seu avô e sogro. Sim, disseram todos, já sabemos isso, sempre soubemos, não precisamos do capitão Pitt para reconhecer a obra do nosso pai. Morreu a conversa em silêncios de recordações e rivalidades irreconhecidas.

João tentou aproveitar aqueles dias para fazer companhia à mãe, para se inteirar das novidades familiares. Não era fácil. Perdia-se nos nomes que se repetiam de geração em geração. Mais de vinte anos separavam o mais velho do mais novo dos irmãos. Ficou sabendo de mais alguns frustrados projectos de casamento de suas irmãs solteiras e do recente nascimento de um sobrinho-neto. Gertrudes insistiu em lhe apresentar também o filho recém-nascido de Altino.

– É meu afilhado. Chamei-lhe Altino. Altino Segundo, como um rei.

Assim se inteirava João dos assuntos da família, chefe da Casa, sempre encerrado no seu projecto de São Vicente. Notícias breves, recebia. Não quer dizer que não sentisse, que não sofresse; comovia-o, por exemplo, o destino de Maria da Piedade, que continuava dando à luz nados-mortos e crianças que não sobreviviam mais do que escassos meses. Já passara os trinta anos, diminuía as esperanças, enchiam-se as gavetas de recordações, sapatinhos, toucas e cueiros, com o livro de Pitt no meio. Mas muitos acontecimentos lhe escapavam. Poucos meses antes abatera-se sobre a Boavista uma epidemia de febre-amarela e João já não recordava quais dos seus sobrinhos tinham morrido então, quem morrera antes e depois. Acreditava que o êxito dos pais, o de conseguir criar tantos filhos até à idade adulta, era coisa natural nestas ilhas de mau clima e de epidemias, e a morte das crianças surpreendia-o sempre. Envergonhava-se um pouco. Mas desculpava-se: foi a mim que coube a pesada tarefa de chefiar a Casa Martins; a atenção não chega para tudo.

Acho que vou ficar a morar aqui no Sal, dissera-lhe Maria Josefa, semi-afirmando, semi-interrogando. Ficaram os filhos atentos. Os que estavam perto naquele momento: Isabel e José. Mas o João, também ali sentado, não prestou mais atenção do que o habitual: o Sal é mais saudável, respondeu, distraído, olhando a mãe com um sorriso de devoção filial. Não é por isso, é pela memória do teu pai. Sim, sim, evidentemente, o Sal foi o primeiro sonho do pai.

Maria Josefa calara-se, imersa nas suas emoções contraditórias. Manuel António acabara por morrer no Sal, sozinho, quer dizer, sem ela. Muitos dos seus filhos e filhas se tinham instalado no Sal, uma vez casados: Teresa, Bernarda, Isabel,

Maria Isabel Barreno

José e Aniceto. Os filhos haviam sido os primeiros colonos do Sal.

Manuel António construía uma casa, e chamara-a, chamara-a. Mas ela recusara sair da Boavista. Ele ia e vinha, ela ia e vinha. E ele morrerá no Sal, em casa de Aniceto e Maria da Piedade, que a cada momento lhe recordava isso com as suas citações do capitão Pitt, como uma faca revolvendo seu coração. Seu marido doente, necessitando de ajuda, e ela na Boavista, na praia de areias finas, no mar, nos palmares interiores, nas memórias antigas, doces ou dolorosas. O remorso trouxera-a. Seria a emoção certa, a decisão certa? Os filhos conheciam o que se escondia no silêncio da mãe. Mas João nem reparava. Distraía-se, absorvido nos detalhes e meandros do que achava ser a sua missão, e depois alheava-se de novo enquanto tentava decidir se as suas distrações podiam ou não ser desculpadas. Olhava o grande grupo familiar, pessoas indo e vindo, crianças brincando, adolescentes com risos frouxos. Olhava com um sorriso benevolente e distante, como se dissesse: sou eu que tenho de me preocupar por todos, a maior parte pouco liga aos negócios, vivem como se achassem que a nossa riqueza é eterna, e eu pergunto-me até quando chegará, não há prosperidade que chegue para tantos. Talvez se sentisse quase feliz por não ter tido filhos. Quase.

Retornava à presença dos outros na sequência dos seus próprios pensamentos. Não se preocupe, mãe, disse, não é a mãe que tem de se preocupar, tudo há-de correr bem, e sobressaltou-se um pouco quando a mãe lhe perguntou se havia alguma coisa com a qual devesse preocupar-se. Claro que não, vai gostar de viver aqui no Sal. Assim continuaram as conversas, cada um respondendo mais a si próprio do que aos outros, como é habitual.



João decidiu falar com José. A nossa mãe diz que vem instalar-se no Sal. Não descuidem a Boavista, agora que já não terão de ir lá visitá-la assiduamente.

Ainda tinham interesses na Boavista, apesar dos projectos espalhados por outras ilhas. As mercadorias admitidas para troca, nos portos de Cabo Verde, eram limitadas. Isto empobrecia a província, e revoltava João. Um recente despacho viera confirmar as excepções concedidas a porto Martins e porto Madama, no Sal, Sal-Rei, na Boavista, e também a porto Inglês, no Maio; aí era possível trocar os produtos locais, muito particularmente o sal, por produtos mais variados. Nesta medida legal via João António uma pequena vitória para a província – sempre estrangulada pela ganância do reino – e viam os rivais um privilégio concedido à Casa Martins. Havia que estar atento a esses permanentes conflitos. E percebeu mais complicações no nervosismo do irmão:

– Claro que não descuidamos. A propósito, apareceram uns quantos a dizer que achavam injustas as taxas que nós cobramos pela utilização do cais, em Sal-Rei. Que o cais deveria ser público. Esqueceram que o cais foi construído pelo nosso pai, com o dinheiro da Casa Martins.

– Mantenham-se firmes. Há sempre uns quantos a dizer coisas, nestas ilhas – respondera.

Com este breve reparo, achou que ficava claro que aquela responsabilidade não podia ser sua. O irmão contava-lhe rumores, como quem daí lava as suas mãos, sem iniciativas projectadas. Ele era o chefe da Casa, mas não podia responsabilizar-se por tudo o que acontecia.

Regressado ao Mindelo, por breve tempo acreditou João numa acalmia. Os que não tinham estado no funeral, amigos

Maria Isabel Barreno

ou meros conhecidos, davam-lhe pêsames sentidos, mandavam-lhe cartas comovidas. A vida de Manuel António fora cheia de brigas e conflitos, mas agora as comoções pareciam sinceras.

Logo concluiu que fora um engano; um véu escuro trazido pela morte. Os inimigos esperam, mostram-se generosos; é fácil, é bonito, uma boniteza que lhes conquista simpatias junto dos espectadores do conflito, junto dos adeptos de um e de outro campo. Grandes almas, dizem estes, grandes almas que sabem perdoar, respeitam a velhice, a vida árdua, a condição mortal que todos partilhamos. Mas os inimigos são como os abutres, pousados em ramos altos, voando no céu. Passa a emoção da morte, atacam descendências e heranças, carnes e ossos. Tudo isto se consumou no rasto terreno deixado por Manuel António.

Poucos dias depois do funeral já corriam vozes de que nada seria igual a partir daí. Que se acabara um tempo, uma estação, na história das ilhas. Que era necessário afastar a sombra prepotente do Martins velho, como já chamavam a Manuel António.

Uma sombra que acompanhará filhos e netos, muito mais vezes como maldição do que como bênção, pensava João, procurando sacudir estes pensamentos. Queria continuar convencido de que o bem sempre se transforma em evidência, e triunfa. Carregaria com coragem o fardo herdado: a inveja e o ódio que seu pai gerara tão abundantemente como gerara filhos.

#### 4 – A HISTÓRIA DE JOÃO ANTÓNIO

Para se contar a história da revolta terá que se escutar a história de João. É justo, é imprescindível ouvir o principal

acusado. Podemos não acreditar em tudo o que inventariá-  
mos a seu respeito mas, neste caso como noutros, as mentiras  
e os segredos de uns e de outros fazem parte dos aconte-  
cimentos. Tentámos recordar essa história escutando os mais  
pequenos detalhes; uma história certamente acrescentada ou  
diminuída nas muitas vozes que se misturaram à narração.

Passou o funeral de Manuel António, passaram as con-  
dolências e outras comoções, chegaram as vozes maledicen-  
tes, e a seguir às vozes vieram os indícios.

Gromicho Couceiro já estava em Cabo Verde há algum  
tempo, ocupando cargos militares, casara com uma senho-  
ra do Fogo. João António só lhe dera alguma atenção quando  
ele viera para o Sal. Pelo que dele ouvira, julgava conhecer  
o tipo de personagem: como muitos outros, desejoso de fazer  
algum dinheiro nas colónias. E de iniciar, talvez, quem sabe,  
uma carreira política. Para isso se desafiavam os maus climas  
e os miasmas. Bastaria vigiar as suas ganâncias, os limites  
da sua ambição, acreditava.

Mas logo Gromicho começou com suas medidas obnó-  
xias. Queria reduzir os direitos dos escravos. Confiná-los num  
recolher obrigatório. José protestara contra aquela intromis-  
são abusiva em costumes já estabelecidos. Gromicho respon-  
dera ainda com alguma mansidão. Fingida. Sendo escravos,  
dizia ele, têm que se submeter às regras de segurança que  
eu estabeleço. Os tempos estão confusos, com todas estas  
propostas de libertação, os ânimos andam exaltados. Se são  
libertos, não são propriedade sua, e também terão de obe-  
decer às minhas ordens.

A família informou João: primeiro houvera pedidos de  
empréstimo de escravos para esta ou aquela tarefa. Sempre  
com a pergunta de sorridente ironia: mas são escravos, ou

Maria Isabel Barreno

libertos? José, e todos os outros, iludiam a pergunta, mentiam. Depois, ácidas disputas. O estatuto de «libertos» em nada defendia os negros, nem sequer no direito a um salário. De boca em boca voaram dizeres: que Gromicho queria requisitar os libertos para os serviços que entendesse. Para as guerras na Guiné. Guerras sem fim. Foi então que os negros começaram a rasgar suas cartas de alforria.

João começou a suspeitar de que um conluio começara antes e que a nomeação de Gromicho para o comando militar da ilha do Sal fora obra dos seus rivais. Dos que queriam destroçar a Casa Martins, acusando esta, entre outras coisas, de usufruir do injusto monopólio da extracção e comercialização do sal.

Quem povoara a ilha? Quem fizera aí todos os investimentos necessários? Ruminava João. Noites de insónia. Os recém-chegados, entre os quais colocava Gromicho, não tinham ideias novas para o desenvolvimento das ilhas; queriam aproveitar-se do que outros haviam feito. Dizia-se até que Gromicho projectava, ou mesmo abria, secretamente, salinas suas. Um pouco absurda, esta hipótese, porque não seria fácil ter salinas secretas numa ilha plana e aberta tanto aos ventos como aos olhares. Mais certa seria a intenção de agitar a mão-de-obra, diminuindo assim a produção e conseguindo argumentos para a extinção do monopólio. E apesar de serem escassas as actividades na ilha do Sal, para além das salinas, a incipiente lavoura, a pesca e o carregamento e descarregamento de barcos sempre exigiam alguns braços. No Sal ou noutras ilhas, o que pretenderiam Gromicho e outros era a mão-de-obra grátis, a exploração dos libertos, o poder assente na tirania e na crueldade. Mas já não conseguiam comprar escravos, ou pelo menos não tantos quantos queriam; este comércio tornara-se perigosamente ilegal. A denúncia

de um concorrente poderia trazer sérios revezes aos colonialistas que sonhavam com riquezas.

Contra João crescera o ódio quando ele, público apoiante da lei de Sá da Bandeira, anunciou que o Mindelo, a futura capital de Cabo Verde, segundo proposta já antiga, seria, desde logo, uma cidade sem escravos. Seria a pérola de São Vicente, o porto excelente, destinado a receber os barcos a vapor, o progresso, a ligação do arquipélago com o mundo. Todos os que aí previam grande movimento de barcos, exportações e importações, deviam encher seu sonho de homens livres formigando nas cargas e descargas.

Parlamentara com o coronel inglês Rendall, que, convencido da grandeza do projecto, solicitara licença para ali instalar um depósito de carvão de pedra, para abastecer os vapores da carreira de Inglaterra para o Brasil, que transportariam correio, carga e passageiros.

João António sentia o ódio, agora, e admirava-se como não sentira logo a mesma lufada malcheirosa envolvendo a nomeação de Gromicho. Atento, seguiu as intrigas e desintrigas do seu adversário. Também tinha os seus amigos, estrategicamente espalhados, acreditava.

Chegaram outros indícios, bem visíveis, de que se avolumavam inimizades contra a família. João António pretendia uma já antiga liquidação de contas da Fazenda pública: uma dívida do Estado, proveniente dos saldos das contas da urzela e dos estabelecimentos da Guiné, cerca de catorze contos de réis, segundo documentos apresentados. Ocupado, como sempre, em São Vicente, mandara recado a Aniceto para que fosse à Praia.

O contrato com o Estado para a exploração da urzela dera a Manuel António muito mais prejuízos do que benefícios. Nesse contrato haviam seus inimigos encontrado pretexto para o acusarem de falsear as contas, de roubar o

Maria Isabel Barreno

Estado. O pai, já ancião, fora para Lisboa num dos seus rompantes de carácter, exigindo que o prendessem até completo esclarecimento do assunto.

E para Lisboa seguira também Gertrudes, onde se encontrara com a irmã Maria das Dores. Juntas foram falar com D. Maria II, para que as contas fossem rapidamente verificadas. Manuel António regressara ilibado das acusações, mas envelhecido. E os pagamentos, suspensos durante esta balbúrdia, tinham sempre ficado em atraso.

Aniceto regressara sem conseguir cobrar a dívida. Com vagas explicações oficiais sobre falta de verbas. Coincidência notória fora o facto de, simultaneamente, terem sido postos a circular rumores de que a dívida não era paga porque as contas de Manuel António nunca tinham estado certas.

Os irmãos e cunhados exaltaram-se. Com vontade de abandonar a solidariedade familiar, de se acolherem a novas alianças e amizades, suspeitou João, mas logo abandonou este pensamento. Não podia ser; a família era a âncora da sua confiança.

Arrependera-se de não ter ido ele próprio à Praia e resolvera deixar o assunto para futuro oportuno. Mas que podia fazer? O governador estava no Mindelo. Tinha que manter os olhos postos nos movimentos de Gromicho.

Conseguiu este ser nomeado para o comando militar de São Vicente. Não largando o Sal, aí deixando homem de sua confiança. Teria sorrido ao governador, teria dito:

– Com tão estreita aliança estabelecida com a Casa Martins, com tantas benesses recebidas pelo governo da província, poderão os mal-intencionados sussurrar que persegue Vossa Excelência algum interesse próprio. Deveria dar um passo atrás, estabelecer um equilíbrio com outras influências, marcar a independência do governo.

Um dos pilares de tal equilíbrio seria aceitar a acumulação de cargos de Gromicho Couceiro, leal servidor da Excelência governativa.

O governador terá aceite por algumas culpas na alma; ou por simples receios, porque as más-línguas podem destruir carreiras e vidas; ou por ameaças.

Continuavam os negros receando seus destinos. Libertos para quê? Para serem recrutados para terríveis guerras? Para serem apanhados por cruéis patrões que lhes pagariam com mísera comida? Como poderiam ter casa e roupa e família?

– Escravo forro é negro sem eira nem beira – diziam.

João António ouviu; foi ao Sal, tentou acalmar os negros. Não, não havia receios no horizonte; o futuro traria trabalho bem pago para todos, se não na ilha do Sal, certamente no grandioso porto para barcos a vapor que se construía em São Vicente.

Falou com o governador, que considerava seu amigo:

– O Gromicho numa ilha já é uma ameaça ao sossego e à tranquilidade. Comandando em duas ilhas, será fonte de conflitos permanentes.

O governador dissera que, indo Gromicho para São Vicente, outro seria nomeado para o Sal; e que assim terminariam as intrigas no Sal, e poderia João António seguir-lhe os passos mais de perto. Sáira ele confiante daquela conversa, que julgara amistosa.

Ficara pronto o mausoléu de Manuel António Martins. Reuniu-se a família no Sal, foi retirado seu caixão da campa rasa onde fora provisoriamente sepultado, colocado no mausoléu. Um segundo funeral, com pompa e circunstância. Maria Josefa parecia tranquila, em paz com a ilha do Sal.

Maria Isabel Barreno

Afagou a pedra do mausoléu, que mandara vir do reino. Pediu a João que lesse, em voz alta, a inscrição que mandara gravar na lápide de Manuel António: «Fundador do Estabelecimento da Ilha do Sal, Deputado às Cortes Constituintes de 1820, Prefeito da província de Cabo Verde e Guiné, do Conselho de sua Majestade, condecorado com a comenda da Ordem de Cristo e diversas ordens; as suas virtudes religiosas, civis e domésticas o tornarão da estima pública. Deus supre o que falta à justiça e gratidão dos homens.»

– Não é impunemente que as pessoas se entregam à justiça divina. Para acreditar na boa-fé dessa entrega, a justiça divina tem que ser ciumenta, impondo provações – murmurou Gertrudes. Todos a olharam desconfiados, pensando, mais uma vez, que ela era, de todos os filhos de Manuel António, a que mais intensa e desagradavelmente se parecia com o pai.

No jantar em casa da mãe, todos graves, todos comovidos, João contou a sua conversa com o governador. Parecia uma vitória. Todos se congratularam. Sim, a justiça divina vela por nós.

Ficou João no Sal alguns dias, inteirando-se das novidades familiares, tentando apreciar pequenas alegrias. Tentando sentir-se confiante, tentando sentir que tinha direito a estar confiante.

Mas olhava a mãe, e não tinha a certeza. Apaziguada, ou apenas arrastada pela viuvez, esmagada pela pedra do mausoléu que ela própria mandara vir do reino? Queria uma certeza que não conseguia, as emoções da mãe eram os augúrios definitivos. Os irmãos e cunhados pareciam razoavelmente empenhados nos negócios da família, mas na Boavista continuavam os problemas. Aparentemente, só Manuel Maria se mantinha na casa do avô Aniceto. Não podemos esquecer a Boavista, recomendou a José, a Aniceto, aos cunhados. Com



certeza, estamos atentos, não te demos conta das coisas que por lá se passam? Interrogando responderam. Deram-me conta, pensou João, deram conta e foi tudo o que fizeram. Mas estava sentado ao sol, após o almoço, e deixou-se invadir pelo devaneio, pela sonolência.

Tinha direito à confiança. A Boavista era o passado. Um passado benfazejo, de onde jorrara o presente, jorraria o futuro. Mergulhando no sono entreviu Santo Antão, terrivelmente bela, onde se instalara, anos atrás, seu irmão António, já falecido, e onde as propriedades e negócios da família iam prosperando, com os sobrinhos. E também a Brava, a ilha mais risonha, com suas sebes de ibiscos vermelhos, e onde se instalavam as famílias em busca de ares mais são, das águas da fonte do Vinagre, de clima mais ameno. Parece Sintra, dizia, deleitado e surpreendido, quem ali chegava. Ali tinha bons amigos, ali passara horas felizes.

As famílias residentes haviam conseguido que ali se fundasse, na vila de S. João Baptista, a Escola Principal, de ensino primário e secundário. Já fechada. Um suspiro. Pouco durara aquela iniciativa de progresso, como tantas outras naquelas ilhas, onde o reino pouco ou nada investia e só o capital particular procurava melhoramentos. Por isso São Vicente era o futuro. O porto, o movimento, o trabalho livre, os negócios, a internacionalização. João mergulhou numa sesta reparadora.

No regresso a São Vicente logo constatou que durante suas ocupações familiares e suas sonolências digestivas, intervieram, de novo, o Gromicho, informado pelos seus aliados da visita de João António ao governador – era a única explicação. Deverá ter convencido o governador – homem fraco, sem dúvida – de que esta diligência de João só confirmava o desejo da Casa Martins de pôr e dispor nos assuntos de Estado.

Maria Isabel Barreno

De novo no diz-se e no ouve-se, soube que se haviam inquietado também os aliados de Gromicho. Aquela acumulação de poder militar parecia-lhes suspeita. Mas ele sossegou-os. Teria dito:

– É medida provisória, só exigida pelas circunstâncias. Assim armo um laço ao Martins novo, e provocarei sua ira, para que ele caia neste laço. Conseguida a presa, desistirei deste sacrifício: minha esposa está no Sal, eu em São Vicente. Excitemos agora os negros, que já estão inquietos.

E assim fizeram. Recados urgentes chegaram do Sal. Gromicho saíra, mas não saíra. Ficara Lage em seu lugar, escolhido por Gromicho, obedecendo a Gromicho. Continuavam as absurdas regras de recolher obrigatório, de deslocações vigiadas. De novo se falava de recrutamentos e de trabalhos por lei exigíveis aos escravos forros. Havia homens estranhos à ilha, falando com os negros da Casa Martins: vosso amo está em São Vicente, ocupado em construções, ninguém vos vai proteger aqui, nesta ilha do Sal.

Os negros pensaram então em quem lhes parecia mais forte, fizeram circular uma exigência: queriam António Sousa Machado, que já na Boavista ocupara o cargo de comandante militar.

E Gromicho fez sussurrar pelas ilhas, até aos ouvidos do governador: foi João António quem excitou os negros, foi ele quem lhes disse exijam Sousa Machado. A esposa Josefa, nascida no Fogo, também sempre activamente conspirando, cruelmente amedrontando. Sabia disparar canhões, memória eruptiva de sua terra vulcânica.

E muitas cabeças começaram acenando, já não só as dos directos aliados de Gromicho e esposa. Diziam: o fim da escravatura trará perigos muitos, se amos e patrões não souberem dominar seus negros. E os aliados de Gromicho

intervinham, repetindo, naquele chão já lavrado pelas suspeitas: não, tudo isto foi montado pelos próprios senhores, com isto pretende a Casa Martins assegurar a permanência de seus monopólios.

João António ficou exausto. Acordado ou em sonhos, via aquelas imagens, ouvia as vozes.

António Sousa Machado avisou o cunhado: a situação é difícil, não posso aceitar o que me pedem, teríamos uma guerra aberta com o governador; tenta apaziguar os ânimos excitados. E João, cansado de acalmar os receios dos negros, cansado de vozes e imagens e também sem querer deixar o seu sonho do Mindelo – exausto, suspirara e dissera ao cunhado:

– Não sei que mais fazer contra esta insensatez. Tu não aceitas esse comando militar, e isso bastará para mostrar que não fomos nós os provocadores das turbulências. E se a revolta estalar, servirá esta para provocar um inquérito: a crueldade de Gromicho será posta a nu, e também a nossa inocência.

António Sousa Machado não concordou.

– Um inquérito, nestas ilhas? Tu já viste por aqui algum inquérito que fosse terminado, conclusivo? Os conspiradores são muitos, com interesses diversos, e isso enreda a superfície dos factos.

Como cabelos emaranhados, disse. Mas encolheu os ombros.

– O chefe da Casa Martins és tu.

Eu, o alvo dos ataques, pensou João. Ele, Sousa Machado, lavando daí as suas mãos: resistirá às exigências dos negros e, se necessário, se possível, com esse gesto tratará de desligar o destino de seus filhos das previsíveis consequências nefastas de todo aquele enredo. Talvez uma ponta de ciúme, uma ponta de inveja acompanhem suas decisões.

Maria Isabel Barreno

De novo João António sacudiu pensamentos. Não, os interesses diversos, os cabelos emaranhados, como disse António, não podem enrolar a família.

## 5 – A CULPA

Rebentou a revolta. Partiu António Sousa Machado para São Vicente.

A família ficou em parlamentações inquietas. Repetiam: se houvera culpa de João, esqueceram-se ele de combinar devidamente a trama com seu cunhado? Era plausível tal descoordenação?

Como pôde isto acontecer, perguntavam as irmãs. Devia ter ido um de nós, diziam os irmãos, João e o nosso cunhado António podem ter combinado coisas que nós não sabemos, nunca saberemos. Parlamentaram em casa de uns, em casa de outros, cochichando pelos cantos, tentando não alarmar Maria Josefa, que murmurava, para si própria, a culpa foi minha.

Houve até quem quisesse desculpar, um pouco, Josefa, a do Fogo. Guiomar, uma das filhas solteiras, cada vez mais surda, ouvindo metade, conjecturando o resto. A senhora estava aflita, teve medo, defendeu o marido, dizia, possivelmente é boa esposa, cozinha e faz lindas rendas. Os outros mandaram-na calar, mas as suas palavras tiveram um misterioso efeito calmante em Maria Josefa, estancando a sua ladainha de culpa.

Chegou João. Contaram-lhe: não estava o Gromicho, prudentemente ausente. Ninguém soube dizer onde estava o alferes Lage, o homem de confiança que ele pretendia deixar no Sal. Só apareceu Josefa do Fogo, raivosa, que tentou

disparar o canhão contra a massa dos negros revoltosos. Do lado da família Martins, também todos prudentemente ausentes.

– Não podíamos intervir, só pioraríamos as coisas – disseram irmãos e cunhados.

Só Manuel de Cabo Verde, mulato liberto com nome igual ao de sua terra, derrotou a intenção da cruel senhora, arrancando-lhe das mãos o facho com que ela pretendia fazer o disparo.

Começaram as perguntas:

– Como pôde isto acontecer? Não podias ter impedido a revolta? Incitaste os negros? Não tinhas dito que o Gromicho sairia daqui? Combinaste alguma coisa com o António? Isto vai trazer-nos muitos prejuízos?

João contou a sua história. Houve dúvidas, e mais perguntas. E como sabes dessas intrigas do Gromicho? Suposições. Contas o que te contaram. Uma história de fumo. Inconsistente. Porque não foste mais enérgico, mais precavido?

João continuou a responder, com paciência esforçada, por atenção à mãe. O governador traiu-me. Não incitei os negros, tentei acalmá-los até onde pude. Não combinei nada com o António. Quando ele me avisou de que a revolta estava eminente, respondi que, no ponto em que as coisas estavam, o melhor seria deixá-la estalar. Haverá um inquérito, a nomeação do Lage foi irregular, o gesto de Josefa inaceitável, provar-se-á a nossa inocência, a culpa de Gromicho.

Não volto a falar deste assunto, disse, por fim, cansado, zangado.

Ninguém ficou convencido. João o acusado. Atiçara a revolta, esperando que o governador visse nela o resultado das perniciosas acções de Gromicho? Escondera-se na sombra,

Maria Isabel Barreno

esperando que seu cunhado tivesse uma actuação de heróico apaziguador da revolta? João, o difamado. Discutimos. Discutia a família, no Sal. Teriam João e António combinado a versão dos acontecimentos que apresentaram, que os desculpava, no seu encontro em São Vicente, no regresso para o Sal? Segredos. Ficarás com as culpas. Para sempre. Atribuem-te o poder de incitar ou de impedir. Aí se fundam os dizeres.

E quem assim dizia também continuou os dizeres. Em surdina. Na família, quando Maria Josefa estava longe. Esta nunca mais quis falar no assunto. Saberá ela alguma coisa, perguntavam-se filhos e filhas. Sim, João não deixaria de informar a mãe dos seus actos. Ou deixaria, vendo-a frágil e envelhecida? E comparavam: quando acusaram falsamente nosso pai, ele foi imediatamente para Lisboa. Exigindo ser preso, até que todo o assunto fosse esclarecido. O que faz João? Vai para Lisboa, desmascarar o Gromicho? Não. Fica aqui, nestas ilhas, esperando um inquérito. Frouxo. Ou culpado. De quê? De não ter impedido, de ter causado? Alguma diferença entre uma coisa e outra? Os mares ocultos debaixo dos factos.

Houve um inquérito. Nunca terminado. Gromicho continuou com seus intentos até ao fim da sua missão. Com uma nuvem de culpa, no mínimo de suspeita, sobre a Casa Martins, houve prejuízos, e João António julgava ver com clareza sintomas de irrecuperável declínio nos negócios do Sal. Mas conseguiu manter os seus projectos em São Vicente.

Passaram os anos. Continuaram as interrogações. De quem a culpa? Quem retirou de cena a temível senhora do Fogo? Alguém já satisfeito com o resultado, alguém que temia Josefa trucidada, escravos enraivecidos, casas incendiadas? Quem retirou os negros, quem os levou, tão subitamente obedientes e calmos?

Até ao fim da sua vida esperou João António a oportunidade para restabelecer, e aumentar, todo o brilho da Casa Martins, para ele indispensável ao progresso das ilhas. A oportunidade para repor a verdade dos factos. Fosse esta qual fosse. Um rio humano escorrendo alagava os seus projectos. O resultado no destino de João António foi uma mancha de culpa.